

Lei nº 1.490 de 02 de Março de 2010 - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Tutelar / Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente.

O povo do Município de Abadia dos Dourados, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

### Omenta:

Define os objetivos da política municipal de atendimento à Criança e ao adolescente e dispõe sobre:

- a) a reorganização e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) a reorganização e funcionamento do Conselho Tutelar e sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares;
- c) a reorganização do fundo municipal para atendimento dos direitos da Criança e do adolescente, e das outras providências.

### Capítulo I

Do sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### Seção Única

#### Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído no âmbito Municipal o sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o propósito de potencializar estrategicamente a promoção e proteção dos direitos da infância e adolescência.

Parágrafo Único - O sistema de garantia dos direi

tes da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da Criança e do Adolescente no nível municipal.

Art. 2º - Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em uma integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidas e respeitadas como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, colocando-os à salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações.

Art. 3º - Consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da Criança e do Adolescente, para os efeitos desta Lei:

I - Constituição Federal, com destaque para os artigos, 5º, 6º, 7º, 24 - XV, 226, 209, 227 e 228;

II - Tratados internacionais e interamericanos, referentes à promoção e proteção de direitos humanos, ratificados pelo Brasil, enquanto normas constitucionais, nos termos da Emenda nº 45 da Constituição Federal, com especial atenção para a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

III - normas internacionais não convencionais, aprovadas como Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, da matéria;

IV - Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 13 de julho de 1990;

V - Leis Federais, estaduais e municipais de proteção da infância e da adolescência;

VI - Leis orgânicas referentes a determinadas políticas sociais, especialmente as da assistência social, da educação e da saúde;

VII - Decretos que regulamentem as leis indicadas;

VIII - Instruções normativas dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle e fiscalização (Recita Federal, por exemplo);

IX - Resoluções e outros atos normativos dos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente, nos três níveis de governo, que estabeleçam principalmente parâmetros, como normas operacionais básicas, para regular o funcionamento do sistema e para especificamente formular a política de promoção dos direitos humanos da criança e do Adolescente, controlando as ações públicas decorrentes; e

X - Resoluções e outros atos normativos dos conselhos setoriais nos três níveis de governo, que estabeleçam principalmente parâmetros, como normas operacionais básicas, para regular o funcionamento dos seus respectivos sistemas.

Art. 4º - São eixos de atuação estratégica do SG DCA:

I - Defesa dos direitos humanos - O eixo da defesa dos direitos humanos de criança e Adolescente caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais,

da infância e

II) da adolescência, para assegurar a impossibilidade deles e sua exigibilidade, em concreto.

III) - Promoção dos direitos humanos - O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos da criança e adolescentes operacionaliza-se a través do desenvolvimento da política de atendimento da "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos.

IV) - Controle da efetivação dos direitos humanos - O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, tais como:

- a) Conselhos dos direitos de criança e adolescentes;
- b) Conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e
- c) Os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos nos artigos 70, 71, 72, 73, 74 e 75 da Constituição Federal.

Parágrafo 1º - O sistema de garantia de direitos se caracteriza por uma interação de espaços, instrumentos e atores no interior de cada um dos eixos, e por uma interação complementar e retroalimentadora entre os três eixos.

Parágrafo 2º - A política municipal de proteção integral, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente contará com os seguintes órgãos e instrumentos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

## Capítulo II

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### Seção I

#### Disposições Gerais

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal 1052, de 16 de abril de 1991, em obediência ao disposto na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é órgão colegiado paritário, integrante da esfera do Poder Executivo, com a missão institucional de deliberar sobre a política de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente e seus programas específicos, no Município, exercendo o controle institucional das ações públicas governamentais e não-governamentais, promovendo a articulação e integração operacional dos órgãos públicos responsáveis e mobilizando a sociedade em favor desses direitos. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo considerado interlocutor para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e para o órgão federal responsável por apoio técnico e financeiro.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da sua autonomia funcional, o Conselho Municipal dos Direitos da

criança e do Adolescente, doravante designado com CMDCA, é vinculado à Secretaria de Ação Social do Poder Executivo Municipal, constituindo-se em unidade de despesa daquele órgão, cabendo-lhe as providências necessárias à sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo 2º - O CMDCA é dotado de autonomia e contará com dotação própria e a infraestrutura necessária ao seu funcionamento no que concerne às instalações, equipamentos, pessoal e material.

## Seção II

Da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Art 6º - Compete ao CMDCA propor e controlar, após a política municipal de atendimento à criança e ao Adolescente, o qual tem como objetivos:

I - Assegurar à criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, a afirmação dos direitos à vida, à dignidade, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer, à proteção ao trabalho, à cultura, à liberdade ao respeito da sociedade e à convivência familiar e comunitária;

II - Proteger as crianças contra qualquer forma de negligência, abandono, omissão, exclusão, exploração, violência e opressão;

III - Garantir à criança e ao adolescente:

a) O direito de ser criado e educado no seio da família natural ou, excepcionalmente, per família substituta, assegurada a convivência com os membros da família natural e com as pessoas de sua comunidade;

b) O amplo acesso à informação sobre a vida sexual e a reprodução;

c) O acesso gratuito às creches em horário in-

igual, à educação pré-escolar e ao ensino em geral, o qual dará ênfase à difusão da ideia da igualdade entre os sexos, ao repúdio ao racismo e todas as formas de discriminação, à participação social e à liberdade de pensamento e de expressão;

d) O direito ao ensino filosófico, político e religioso, incluindo o ensino religioso afro-brasileiro;

e) O atendimento na forma do disposto no Artigo 227, parágrafo 3º, IV e V, da Constituição da República, e na Lei, quando incursos em ato infracional.

IV - Garantir o direito do adolescente trabalhador à escolarização, à assistência jurídica e ao acompanhamento psicopedagógico na sua formação como cidadão e trabalhador, bem como sua inserção no mercado de trabalho;

V - proporcionar igualdade de oportunidades no atendimento à rede municipal de ensino público às crianças e aos adolescentes portadores de deficiências, através de apoio especial à superação das desigualdades inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento com necessidades específicas; digo de acordo com suas necessidades e peculiaridades, independentemente de sexo, da cor e da faixa etária.

Parágrafo 1º - no exercício do disposto neste Artigo, cabe ao CMDCA:

I. Zelar pela garantia de igualdade de acesso e exercício efetivo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente portadores de deficiências, através de apoio especial à superação das desigualdades inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento com necessidades



específicas;

II - prioridade à formulação de programas que visem à promoção da garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como de programas de prevenção e assistência:

a) materno - infantil;

b) às enfermidades endêmicas e epidêmicas;

c) à excepcionalidade e aos portadores de deficiência, garantindo-se-lhes, inclusive, a estimulação precoce;

d) à desnutrição e à desidratação;

e) às doenças sexualmente transmissíveis e à síndrome de insuficiência imunológica adquirida - AIDS;

f) aos dependentes de entorpecentes e drogas afins, incluindo o atendimento especializado;

g) aos acidentados, em especial os gravemente feridos, inclusive no que se refere às cirurgias estéticas e reparadoras;

h) às vítimas de maus tratos, <sup>abusos</sup> estupro, e quaisquer outras violências;

i) à saúde mental.

Parágrafo 2º - A garantia de absoluta prioridade a que se refere o inciso I deste artigo compreende:

I - primazia para receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - precedência no atendimento por órgãos públicos;

III - prioridade na adoção de recursos, digo, prioridade de quanto à formulação e à execução de políticas sociais básicas;

IV - prioridade, na adoção de recursos públicos, para as áreas relacionadas com a proteção e o atendimento à infância e à juventude.

Seção III



## Das Demais Competências.

Art. 7º - Compete ainda ao CMDCA:

I - propor as políticas públicas que assegurem o atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis e, com esse fim, mobilizar e articular o conjunto das entidades da sociedade civil e dos órgãos do Poder Público;

II - acompanhar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas e todas as ações do Poder Público do Município voltadas para a criança e para o adolescente e com esse fim manter permanente articulação com os Poderes do Município e do Estado;

III - Mobilizar a sociedade sobre as condições reais de reconhecimento e garantia da criança e do adolescente, especialmente realizando audiências públicas e campanhas e estimulando a participação da população na gestão e no controle social, especialmente através de fóruns e outras instâncias de articulação da sociedade civil;

IV - impedir as ações que contrariem os princípios básicos da cidadania, o atendimento integral e a defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V - acompanhar e fiscalizar as instituições responsáveis pela guarda e colocação em dar substituto de crianças e adolescentes que não possam ser criados no seio de suas famílias naturais;

VI - encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias sobre a negligência, abandono, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e adolescente;

VII - promover visitas a delegacias, presídios, e entidades de internação, centros de triagem, unidades de acolhimento e quaisquer estabelecimentos

públicos, ou privados, em que possam ser encontradas crianças e adolescentes, e avaliar as condições de sua permanência ou internação;

VIII - proceder ao registro das entidades da sociedade civil dedicadas ao atendimento da criança e do adolescente, observando o parágrafo único do Artigo 91 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, comunicando-o ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente;

IX - promover o levantamento e o cadastramento de todas as entidades, projetos e programas voltados para a criança e o adolescente no âmbito do Município, de acordo com as normas que o Conselho fixar e como disposto no artigo 91, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90;

X - manter registro dos programas de proteção e socio-educativos das entidades governamentais e não governamentais, bem como de suas alterações, e dele dar ciência ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente;

XI - registrar as doações recebidas de instituições nacionais e internacionais por entidades não governamentais e fiscalizar a aplicação dos recursos delas derivados;

XII - identificar e divulgar, buscando integrá-las, as ações voltadas para o atendimento da criança e do adolescente e para a defesa dos seus direitos, com vistas à articulação e compatibilização de planos, programas e projetos;

XIII - propor ao Poder Público política de capacitação de recursos humanos para a efetivação das diretrizes do Conselho e a atualização permanente dos profissionais e das entidades, governamentais ou não, envolvidas com o atendimento

to direto à criança e ao adolescente, observando o disposto no artigo 204 da Constituição da República;

XIV - fixar planos de aplicação e os critérios de utilização das dotações subsidiadas e demais receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 260, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.069/90;

XV - encaminhar aos órgãos competentes pareceres sobre aplicação de recursos públicos, segundo as propriedades definidas para a política municipal para a Criança e o Adolescente;

XVI - gerir e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVII - informar à comunidade, através dos meios de comunicação social e outras formas de divulgação, sobre a situação social, econômica e cultural da Criança e do Adolescente;

XVIII - Organizar e promover encontros periódicos de pessoas, entidades e instituições dedicadas ao atendimento à Criança e ao Adolescente, com o objetivo de discutir, avaliar e difundir as políticas sociais básicas para a Criança e o Adolescente, incluindo as decorrentes das decisões e ações do Conselho;

XIX - promover a cada dois anos a reunião Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XX - realizar o processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares, sob a fiscalização de representante do Ministério Público estadual;

XXI - apoiar e orientar o Conselho Tutelar do Município no exercício de suas funções, resguardando sua autonomia funcional;

XXII - apurar eventuais faltas funcionais dos membros do Conselho Tutelar, através de sindicâncias e de processos disciplinares, promovendo a aplicação de sanções disciplinares quanto a quem de direito, estritamente na forma da lei;

XXIII - divulgar, em caráter permanente, os direitos da Criança e do Adolescente;

XXIV - exercer demais competências decorrentes da Lei Federal nº 8069/90.

Parágrafo Único - Cabe ao CMDCA solicitar as indicações para o preenchimento da função de membro do Conselho nos casos de vacância, observados os critérios dos artigos 19 e 24, parágrafo único, desta Lei.

Art. 8º - Nenhuma ação de natureza burocrática ou política, de qualquer órgão do Poder Público pode impedir ou obstaculizar o pleno exercício dos direitos definidos nos artigos anteriores.

#### Seção IV

Da Composição do Conselho e de seu funcionamento

Art. 9º - O CMDCA, observado o disposto no art. 5º, é composto de 10 (dez) membros, na forma seguinte:

I - 5 (cinco) representantes de entidades não governamentais nacionais com atuação no Município, legalmente constituídas, que comprovadamente estejam atuando no Município e tenham por objetivo o atendimento, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

II - 5 (cinco) representantes dos órgãos do Poder Público do Município que direta ou indiretamente lidem com a questão da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 1º - A comprovação a que se refere o inciso I se fará mediante a apresentação ao CMDCA da ata da fundação e outros documentos que permitam constatar a existência e trabalho efetivo da entidade.

Parágrafo 2º - O processo de escolha referido no inciso II dar-se-á no prazo de trinta dias, após a publicação desta Lei.

Art. 10º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

Parágrafo único - Os suplentes serão assim designados: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º suplentes - governo e 1º, 2º, 3º, 4º e 5º suplentes - sociedade civil.

Art. 11 - Os membros do Conselho e os representantes suplentes exercerão mandatos de dois anos, admitindo-se recondução, apenas uma vez e por igual período.

Art. 12 - Os membros do Conselho (titulares e respectivos suplentes) serão nomeados pelo Prefeito, observado o seguinte:

I - Os cinco representantes da sociedade civil serão escolhidos por voto direto em Assembleia Pública das entidades que preenchem os requisitos do art. 9º, I;

II - Os representantes (titulares e suplentes) das organizações governamentais serão escolhidos pelo Prefeito.

Art. 13 - O Prefeito, através de edital publicado em órgão da imprensa de circulação local/regional convidará as entidades e instituições mencionadas no artigo anterior para que, no prazo de trinta dias, após a publicação desta Lei, elejam seus representantes no Conselho, nos termos do artigo 9º, I, parágrafo 1º desta Lei.

Parágrafo 1º - Caso o prazo mencionado neste artigo não seja observado, o Prefeito publicará novo edital em órgão de imprensa e circulação local/regional, para que as referidas instituições e entidades indiquem seus representantes no Conselho no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

Parágrafo 2º - Esgotado o prazo sem manifestação das entidades, o Prefeito indicará os representantes das instituições e entidades que não se tenham pronunciado.

Art. 14 - O CMDCA elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo máximo de trinta dias após a sua instalação, o qual disporá sobre o seu funcionamento e atribuições.

Art. 15 - Os membros efetivos e respectivos suplentes indicados para compor o CMDCA serão designados por decreto do Prefeito no prazo de quarenta e cinco dias após a publicação desta Lei, prorrogável por mais quinze dias no caso do art. 13º, parágrafo 1º.

Art. 16 - A instalação do Conselho dar-se-á no prazo de trinta dias, após a publicação do decreto referido no artigo anterior.

Art. 17 - Em caso de substituição dos membros indicados pela sociedade civil, por decisão da Assembleia Pública, o Prefeito nomeará o substituto por esta aprovado.

Art. 18 - O exercício do mandato de conselheiro é gratuito, constituindo-se em relevante serviço público.

#### Seção V

Da vacância e perda de mandato.

Art. 19 - No caso de declaração de vacância da função de conselheiro (titular ou suplente)

representante do Poder Público ou de entidade não governamental, o Presidente de CMDOCA oficiará o indicante para que nomeie outro representante, sendo o indicado admitido sempre na condição de 5º suplente (governo ou sociedade civil, de acordo com a origem da vacância), por força do disposto nos artigos 21 e 22 abaixo.

Art. 20 - Ocorrerá vacância da função de conselheiro, nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - renúncia;

III - perda de cargo.

Parágrafo Único - O CMDOCA, por maioria absoluta de seus membros, poderá declarar a perda de função do conselheiro titular ou suplente, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, nas seguintes hipóteses:

I - desatender comprovadamente as incumbências previstas no Regimento Interno;

II - não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas do Colegiado ou das Comissões Permanentes ou a 5 (cinco) reuniões intercaladas, ressalvada a hipótese da ausência ter ocorrido por motivo de força maior, devidamente justificada, por escrito, até 24 horas após a realização da reunião;

III - apresentar conduta social pública incompatível com a natureza das suas funções;

IV - for condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crimes previstos na legislação penal.

Art. 21 - O Presidente será substituído, em casos de vacância, impedimentos, afastamentos legais e ausências eventuais pelo Vice-Presidente.

Art. 22 - As demais funções da Mesa Diretora



Serão substituídas, em caso de vacância, impedimentos, afastamentos legais e ausências eventuais, na seguinte forma: a) a vice - Presidência pela 1ª secretária, b) a 1ª secretária pela 2ª secretária, a 2ª secretária por outro membro titular do CMDCA, cabendo, em qualquer situação, a observância das regras previstas no artigo 9º e no parágrafo único do artigo 24 desta Lei.

Art. 23 - Em caso de vacância de conselheiro, procede-se à substituição do mesmo nos moldes dos artigos 21 e 22, admitindo-se com conselheiro titular do CMDCA o 1º suplente (governo ou sociedade civil, de acordo com a origem da vacância), com o 2º suplente assumindo a posição do 1º e, assim, sucessivamente.

#### Seção VI

Da Organização e do Funcionamento.

Art. 24 - São Órgãos integrantes do CMDCA:

I - Colegiado

II - Mesa Diretora

a) Presidência;

b) Vice - Presidência;

c) 1ª Secretária;

d) 2ª Secretária;

III - Comissões Permanentes;

IV - Comissões Temporárias.

Parágrafo Único - Na composição da Mesa Diretora observar-se-á a mesma regra exigida para o CMDCA no que tange à composição paritária.

Art. 25 - O Colegiado é o órgão máximo de deliberação do CMDCA, formado por todos os seus membros e se reunirá, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou de metade de seus

membros.

Parágrafo 1º - As reuniões do CMDCA serão públicas, salvo em hipóteses extraordinárias previstas no Regimento Interno, podendo qualquer presente fazer uso da palavra que será deferida pelo Presidente, se pertinente.

Parágrafo 2º - O CMDCA deliberará por maioria de seus membros e se consubstanciarão em resoluções ou outros atos administrativos formais, assinados pelo Presidente e encaminhados para publicação na forma da legislação municipal local.

Art 26 - O CMDCA é presidido por um dos seus membros, eleito nos moldes desta Lei e do Regimento Interno.

Parágrafo Único - O Presidente, nas deliberações do Plenário, além do voto comum, terá direito a voto de igualdade, nos casos de empate, podendo ainda deliberar ad referendum do Plenário, em casos de manifesta urgência ou de emergência.

### Capítulo III

#### Do Conselho Tutelar

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art 27 - O Conselho Tutelar, criado pela Lei Municipal 1052, de 16 de abril de 1991, em Obediência ao disposto na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, vinculado à Secretaria de Ação Social, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, composto de 5 (cinco) membros titulares e suplentes, na forma do parágrafo 10, do artigo 35, para mandato

de três anos, permitida uma recondução. O Conselho Tutelar integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 28 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será feito por um Colégio Eleitoral, formado por instituições devidamente credenciadas pelo CMDCA.

Parágrafo 1º - Estão automaticamente credenciadas as entidades sociais registradas no CMDCA;

Parágrafo 2º - Também poderão compor o Colégio Eleitoral todas as entidades e instituições juridicamente constituídas e que atuem na área de educação, cidadania e assistência social de crianças e adolescentes;

Parágrafo 3º - O CMDCA estabelecerá previamente os critérios para o credenciamento das instituições;

Parágrafo 4º - As organizações referidas neste artigo serão convocadas pelo CMDCA, mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional para promover a indicação de seus delegados para comporem o Colégio Eleitoral, incluindo esta indicação veicular, preferencialmente, uma pessoa de seu representante legal que será credenciado para exercer o direito de voto para o Conselho Tutelar;

Parágrafo 5º - O CMDCA oficiará ao Ministério Público para dar ciência do início do processo eleitoral, em cumprimento ao artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 6º - No edital e no Regimento da Eleição constará a composição das comissões de organização do pleito, de seleção e elaboração de prova, e banca entrevistadora, criados e escolhidos por resolução do CMDCA.

Parágrafo 7º - O encaminhamento do representante da entidade, sua pessoal e intransferível, até o 10º (décimo) dia antecedente à eleição, reservando o caso de morte ou doença que o impossibilite, momentânea ou permanentemente, a situação do falecido deverá ser requerida pela entidade no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do dia do óbito, ou outro prazo que for definido pelo CMDCA.

Parágrafo 8º - O voto será direto e secreto, em pleito realizado sob a coordenação e responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

### Seção II.

Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas.

Art. 29 - A candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar será individual.

Art. 30 - Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os que preencherem os seguintes requisitos:

I - Idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de Abadia dos Dourados há mais de um ano;

IV - estar no gozo de seus direitos políticos;

V - apresentar no momento da inscrição certificação de conclusão de curso equivalente ao 2º grau;

VI - Comprovação de experiência profissional de, mínimo, 12 (doze) meses, em atividades na área da Criança e do Adolescente, mediante competente "currículo" documentado;

VII - Submeter-se a uma prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e matérias correlatas, a ser formuladas por uma

Comissão designada pelo CMDCA;

VIII - Submeter-se a avaliação psicológica visando a constatar aptidão do candidato à função de conselheiro tutelar.

Parágrafo 1º - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou norão, irmãos, cunhados durante o casamento, tio e sobrinho, padasto ou madasta e enteado. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, emulação à autoridade judiciária e ao Representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrito local.

Parágrafo 2º - O candidato, que for membro do CMDA, que pleitear cargo de conselheiro tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da vacatção da incumbência do conselheiro.

Parágrafo 3º - O cargo de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública.

Art. 31 - O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento aninado e protocolado junto ao CMDCA, devidamente instruído com todos os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos em edital.

Art. 32 - Cada candidato poderá registrar, além do nome, um cognome, e terá um número oportuna-mente sorteado pela Comissão Eleitoral.

Art. 33 - Encerradas as inscrições será aberto prazo de 3 (três) dias para impugnações, que ocorrerão da data da publicação do edital no diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional. Ocorrendo qualquer, o candidato será intimado, pela mesma.

forma, para em 3 (três) dias apresentar defesa.

Parágrafo 1º - Decorridos esse prazo, será oficiado ao Ministério Público para os fins do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 2º - Havendo impugnação do Ministério Público o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação pelos mesmos meios de comunicação.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de 3 (três) dias e, dessa decisão, publicada no Diário Oficial do município e em outro jornal local/regional, caberá recurso para o plenário do CMDCA, no prazo de 3 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando sua decisão no Diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional.

Art. 34 - Julgadas em definitivo todas as impugnações, o CMDCA publicará edital no Diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional, com a relação dos candidatos habilitados.

Art. 35 - Se servidor Municipal ou empregado permanente for eleito para o Conselho Eleitoral, ficarão-lhe garantidos:

I - O tempo do cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

II - a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal procurará firmar convênio com os Poderes Estadual e Federal para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

### Seção III

### Da Realização do Pleito

Art. 36 - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo CMDCA mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional, especificando dia, horário, os locais para recebimento dos votos e de apuração.

Art. 37 - A eleição do Conselho Tutelar ocorrerá no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação referida no artigo 34 supra.

Parágrafo único - A renovação do Conselho Tutelar terá publicação do edital 6 (seis) meses antes do término dos mandatos dos eleitos pela primeira vez e assim sucessivamente.

Art. 38 - A propaganda em vias e legendas nos públicos obedecerá aos limites impostos pela legislação municipal ou às peturas municipais e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Art. 39 - As cédulas serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal mediante modelo aprovado pelo CMDCA e serão publicadas por um membro da Comissão Eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.

Parágrafo 1º - O eleitor poderá votar em até cinco candidatos.

Parágrafo 2º - Nas cabines de votação serão fixadas listas com votação de nomes cognomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

Art. 40 - As universidades, escolas, entidades assistenciais, clubes de sinigos e organização da sociedade civil poderão ser convidadas pelo CMDCA para indicar representantes para comporem as mesas receptoras e seu apuradas.

Art. 41 - Cada candidato poderá endençar no



um único (um) fiscal para cada mesma receptora ou apuradora.

#### Seção IV

Da Proclamação, Nomeação e Posse.

Art. 42 - Encerrada a votação, se procederá imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo Único - Os candidatos poderão apresentar impugnação na medida em que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão a própria mesa receptora, pelo voto majoritário, com recurso ao CMDCA que decidirá em 3 (três) dias, facultada a manifestação do Ministério Público.

Art. 43 - Concluída a apuração dos votos e decidido os eventuais recursos, o CMDCA proclamará o resultado, presidenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com número de sufrágios recebidos.

Parágrafo 1º - Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os seguintes pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.

Parágrafo 2º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obtiver melhor desempenho na seleção. Persistindo o empate, a escolha recairá sobre o candidato que tiver, na data da eleição, o maior tempo de inatividade profissional comprovada no trato com crianças e adolescentes.

Parágrafo 3º - Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo CMDCA com registro em ata, e sua oficialidade ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados com a respectiva pe-

elaboração na forma da legislação municipal local e após, empossados.

Parágrafo 4º - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos. Havendo empate, será considerado eleito o candidato que obtiver melhor desempenho na eleição. Persistindo o empate, a escolha recairá sobre o candidato que tiver, na data da eleição, o maior tempo de experiência profissional comprovada no trato com crianças e adolescentes.

Art. 44 - Os membros escolhidos com titulares submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a itineramentos promovidos por uma comissão a ser designada pelo CMDCA.

### Seção V

Das Atribuições e Funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 45 - As atribuições e obrigações dos Conselheiros e Conselho Tutelar são as constantes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.089/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da legislação municipal em vigor.

Art. 46 - O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus conselheiros, a saber:

- I - das 8:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira.
- II - fora do expediente normal, os conselheiros distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, a forma de regime de plantão.
- III - Para este regime de plantão, o conselheiro terá seu nome divulgado, conforme constará em Regimento Interno, para atender emergência a partir do local onde se encontra.
- IV - O Regimento Interno estabelecerá o regime de

trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 47 - O coordenador do Conselho Tutelar será escolhido pelo seus pares, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, em reunião presidida pelo Conselheiro mais idoso, o qual também coordenará o Conselho no decorrer daquele prazo.

Art. 48 - Ao procurar o Conselho Tutelar, a pessoa será atendida por um membro deste, que, se possível, acompanhará o caso até o encaminhamento definitivo.

Parágrafo Único - Nos registros de cada caso, deverá constar, em síntese, as providências tomadas e a esses registros somente terão acesso os Conselheiros Tutelares e o CMDCA, mediante solicitação, assahada requisição judicial.

Art. 49 - O Conselho Tutelar manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando instalações e funcionários do Poder Público.

Parágrafo Único - fica o Poder Executivo obrigado a, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da promulgação desta lei, propiciar ao Conselho as condições para o seu efetivo funcionamento, de recursos humanos, equipamentos, materiais e instalações físicas.

## Seção VI

Da Criação dos Cargos, da Remuneração e da Perda de Mandato.

Art. 50 - ficam criados 5 (cinco) cargos em comissão de Conselheiro Tutelar, com mandato de 3 (três) anos.

Art. 51 - fica criado na estrutura da Secretaria

de Ação Social, 05 (cinco) Cargos de Comissão de Conselho Tutelar, com mandato fixo de 03 (três) anos, com vencimento correspondente ao nível I, da tabela de referência, que será reajustado nas mesmas bases e condições dos servidores da Prefeitura Municipal de Abadía dos Ouvidos.

Parágrafo 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade.

Parágrafo 2º - Sendo o membro funcionário público Municipal fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 52 - As despesas com a execução dos artigos 50 e 51 desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento, suplementada se necessário.

Art. 53 - Perderá o mandato o conselheiro tutelar que:

I - Infingir, na execução de sua função, as normas de Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Se ausentar injustificadamente a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato;

III - Omitir informação a dispositivos do Regimento Interno aprovado por resolução do CMDCA;

IV - For condenado por crime ou contravenção, em decisão irreversível, que seja incompatível com a execução de sua função.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada pelo CMDCA, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

## Capítulo IV

Do Fundo Municipal para atendimento dos Direi

# Lei da Criança e do Adolescente.

## Seção I

### Disposições Gerais.

Art. 54 - Fica instituído o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, de duração indeterminada, o qual tem como objetivo proporcionar recursos destinados às políticas públicas de atendimento à Criança e ao Adolescente. O Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 55 - O Fundo Municipal para atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente ficará vinculado diretamente ao Secretário de Ação Social do Poder Executivo Municipal.

## Seção II

### Das Receitas do Fundo e Sua Destinação.

Art. 56 - São receitas do Fundo:

- I - as transferências de recursos provenientes de incentivos fiscais decorrentes do que dispõe o parágrafo único do artigo 261 da Lei Federal nº 8069/90;
- II - dotação específica consignada anualmente no Orçamento do Município;
- III - recursos provenientes dos Conselhos Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
- V - O produto de convênios firmados;
- VI - doações e legados feitos diretamente a este fundo;
- VII - Valores transferidos pela União ao Município, provenientes de condenações em ações civis

de imposição de penalidades previstas na Lei Federal nº 8069/90.

VIII - vendas eventuais inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras;

IX - Outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Parágrafo 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação.

Art. 57 - A despeza do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial de programas de atendimento dos direitos da criança e do Adolescente;

II - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

III - construção, reforma, ampliação, ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de atendimento à criança e ao adolescente;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos à política de atendimento à criança e ao adolescente;

V - atendimento de outras despesas de caráter urgente e iradiável, necessárias à execução das ações mencionadas no art. 48.

### Seção III

Da Gestão do fundo.

Art. 58 - São atribuições do Secretário Municipal de Ação Social em relação ao Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - administrar o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o CMDCA;
- II - acompanhar e avaliar a realização física e financeira das ações relativas à política de atendimento à Criança e ao Adolescente;
- III - propor ao CMDCA o plano de aplicação a cargo do fundo, em consonância com a política estabelecida para o setor e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV - Submeter ao CMDCA as demonstrações mensais de receita e despesa do fundo;
- V - encaminhar à Impetoria - Geral de finanças da Secretaria Municipal de fazenda as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- VI - assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;
- VII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo;
- VIII - abrir conta em estabelecimento bancário usando o cadastro de contribuintes da Prefeitura;
- IX - firmar comêcios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo fundo;
- X - encaminhar à Câmara Municipal, semestralmente, demonstração da execução orçamentária do fundo;
- XI - prestar, obrigatoriamente, contas ao Conselho



de Contas do Município.

Art. 59 - O orçamento do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente observará as políticas e os programas de trabalho no setor, observados o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo 1º - O orçamento do fundo observará, na sua elaboração e na sua execução, as práticas e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 60 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 61 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado dos direitos da Criança e do Adolescente.

## Capítulo V

### Disposições Transitórias e Finais

Art. 62 - O CMDCA, no prazo de trinta dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno e elegerá o primeiro presidente.

Art. 63 - No prazo de seis meses, contados da publicação desta Lei, dar-se-á o primeiro prego de escala dos membros do Conselho Tutelar, observando-se quanto à convocação o disposto no art. 36 desta Lei.

Art. 64 - O exercício da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, assegurando prisão especial em caso de crime comum até o julgamento definitivo.

Art. 65 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir

Crédito especial para cover as despesas de empen-  
tadas dos conselhos e do fundo de que trata es-  
ta Lei.

Art. 66 - Esta Lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, ficando revogadas as disposições  
em contrário, especialmente as Leis 1052, de 16 de a-  
bril de 2001, e 1352, de 14 de abril de 2003.

Prefeitura Municipal de Abadia dos Ouvidores, 02  
de março de 2010.

*Maria de Aguiar Lemes*  
Celia Maria de Aguiar Lemes  
Prefeita Municipal

Lei n.º 1.491 de 19 de Abril de 2010:

"Autoriza o Executivo Municipal a outorgar es-  
critura aos detentores de posse dos lotes Urbanos  
e da outras providências."

O Povo do Município de Abadia dos Ouvidores, MG,  
por seus representantes na Câmara Municipal a  
propôs, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte  
Lei.

Art. 1º - fica o Executivo Municipal autorizado a  
outorgar escritura pública, dos seguintes lotes urba-  
nos localizados no Bairro Dona Geracina Chelê,  
os possuidores que efetivamente possui e paga os  
impostos Prediais e Territorial Urbano - IPTU:

Rua Ilídio Chelê da Silva, quadra 02 lotes n.º  
25, 24, 23, 22, 21 e 20 Sebastião Lino Pereira, quadra  
01 lotes n.º 03, 04 e 05, quadra 02 lotes n.º 01, 02, 03, 04 e 05  
e Av. Daniel Antonio Ramos, quadra 01, lote n.º 02.

Art. 2º - A escritura pública será outorgada tão-  
somente aos detentores de posse dos imóveis urba-  
nos, descritos e caracterizados no artigo primeiro  
desta Lei, desde que já tenham edificado e/ou  
constituído no imóvel.

Art. 3º - Os imóveis descritos nesta Lei, encontram-  
se devidamente registrados junto ao Cartório de